

GANHADORES

JOÃO JOSÉ REIS

Ganhadores

A greve negra de 1857 na Bahia



Copyright © 2019 by João José Reis

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa

Mariana Newlands

Foto de capa

Alberto Henschel/ Acervo Instituto Moreira Salles

Ilustração de quarta capa

Gravura de J. J. Butler

Preparação

Osvaldo Tagliavini Filho

Índices

Luciano Marchiori

Revisão

Jane Pessoa

Angela das Neves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Reis, João José

Ganhadores : A greve negra de 1857 na Bahia / João José Reis.
— 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2019.

Bibliografia.

ISBN 978-85-359-3243-0

1. Africanos – Brasil – História 2. Escravidão – Brasil – História 3. Escravos – Comércio – Brasil – História I. Título.

19-26670

CDD-981

Índice para catálogo sistemático:

1. Escravidão : Brasil : História 981

Iolanda Rodrigues Biode – Bibliotecária – CRB-8/10014

[2019]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/cialetras

*Para
Demian e Natália*

*Mesmo na noite mais triste
Em tempo de servidão
Há sempre alguém que resiste
Há sempre alguém que diz não.*

Miguel Alegre

*... fomos obrigados a tramar o
futuro sussurrando...*

Luz Ribeiro

Sumário

<i>Quadros e gráficos</i>	11
Prólogo	15
1. Controle noite e dia	19
2. Trabalho africano de rua	35
3. Canções, cantos e redes	68
4. Controle e conflito no mercado negro: antecedentes	101
5. A voz e a vez do governo provincial	121
6. Guerra fiscal e reação pessoal	145
7. A “revolução dos ganhadores”	170
8. Matrículas: o contraponto paternalista	193
9. Fim de greve	212
10. Rescaldo	230
11. Novas regras	256
12. Africanos e outros ganhadores	280
13. Os ganhadores de Porcina	302
14. Dispersão e conflito nos cantos	317
15. Corpos marcados	331
Epílogo	353

<i>Agradecimentos</i>	357
<i>Notas</i>	359
<i>Fontes e referências bibliográficas</i>	406
<i>Créditos das imagens</i>	428
<i>Índice onomástico</i>	430
<i>Índice remissivo</i>	440

Quadros e gráficos

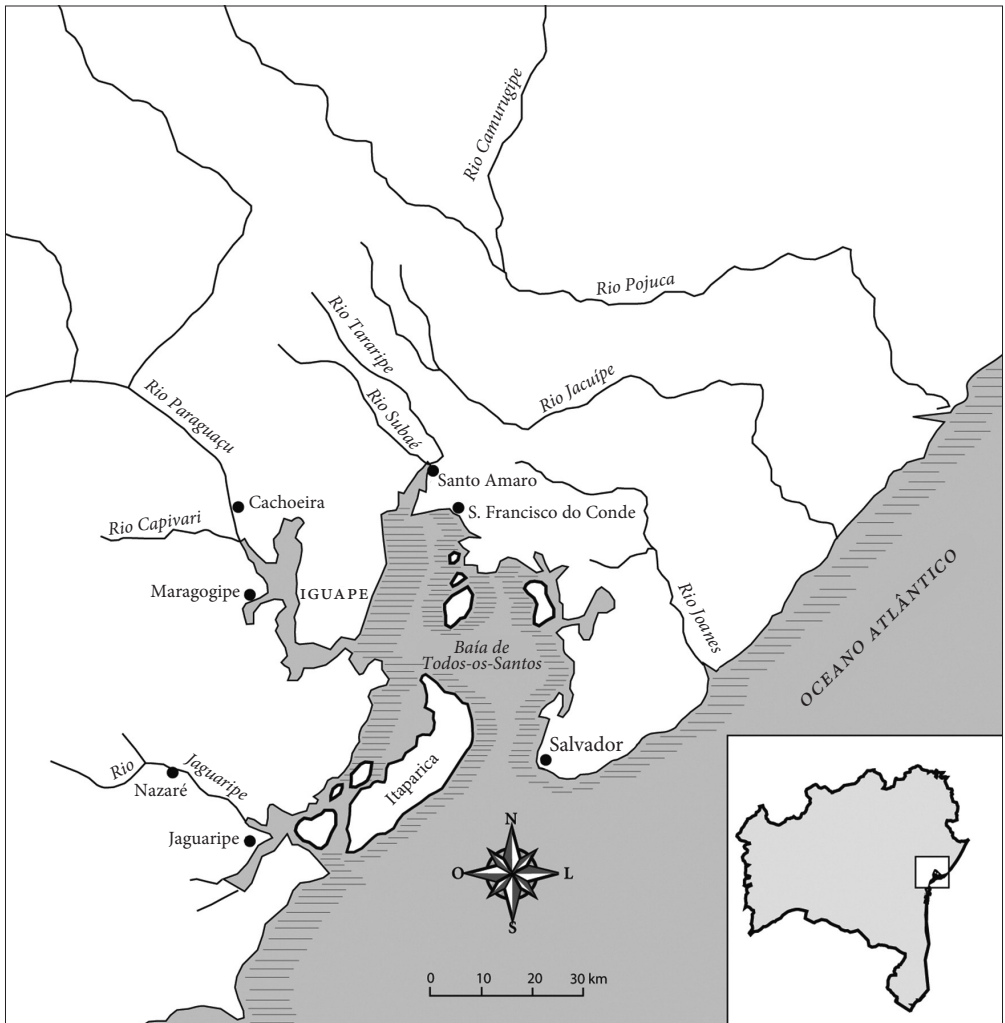
QUADROS

1. Rendimento diário de libertos em Salvador, 1849	66
2. Imposto anual pago pelos africanos para o exercício do ganho, 1848-61	150
3. Ganhadores e população de Salvador e seu termo, segundo a cor	296
4. Composição racial dos cantos chefiados por mestiços em 1887	298
5. Tatuagens e tatuados na matrícula de 1887	344

GRÁFICOS

1. Variação mensal do tipo de fiador em 1857	209
2. Frequência diária dos atestados de conduta em 1857	213
3. Nações dos africanos libertos no ganho em 1857	218
4. Nações dos escravos matriculados em 1857	220

RECÔNCAVO BAIANO



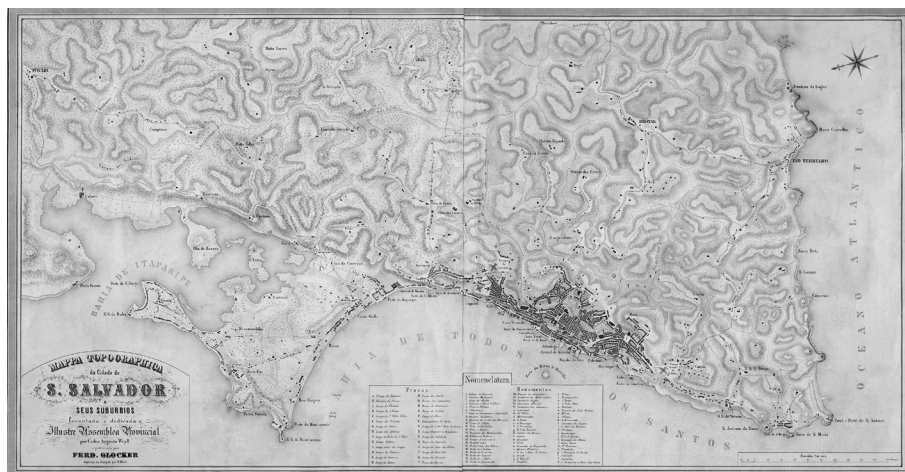
Prólogo

A Bahia foi uma das principais regiões escravistas do Atlântico, desde o final do século XVI até o final do XIX. Engenhos de açúcar e tráfico de escravos africanos se combinaram para ali constituir a coluna vertebral da escravidão durante mais de trezentos anos. Contudo, a escravidão vicejou não apenas nos engenhos de cana; ela contaminou todo o tecido social, econômico e cultural, no campo e na cidade. Desde o final do século XVII, a capital da Bahia, Salvador, exibiu uma vida urbana densa e buliçosa, e nela o regime do cativo se havia instalado no interior das casas e nas ruas, deixando sua marca em todo tipo de documentação.

Como os domésticos, os trabalhadores de rua eram, sobretudo, escravos e libertos nascidos na África e seus descendentes. Foram chamados *ganhadores* e *ganhadeiras*. Os homens se ocupavam em geral do carregamento de pessoas (em cadeiras de arruar) e objetos de todo tipo e tamanho, enquanto as mulheres deambulavam pelo espaço urbano a vender toda sorte de mercadoria, entre outros afazeres que as obrigavam a sair às ruas. Quando escravos, eles e elas contratavam com seus senhores a entrega semanal de determinada quantidade, e o que sobrasse podiam embolsar. Esse sistema, chamado de *ganho* — daí *ganhadeiras* e *ganhadores* —, permitiu que muitos poupassem o suficiente para comprar suas alforrias. Esses trabalhadores de rua podiam ser, que fique

logo claro, tanto escravizados como libertos (ex-escravos) e livres. Quase sempre negros, no entanto, e durante um longo período, africanos natos na sua imensa maioria.

O livro trata da resistência desses personagens à opressão escravista num sentido amplo — amplo porque não envolvia apenas escravos, mas também forros. Embora as relações entre senhores e escravos esteja por toda parte contemplada, o foco principal será a relação de resistência dos ganhadores e ganhadeiras ante os poderes públicos: a polícia, a Câmara Municipal, o Governo Provincial. Já estudei antes a questão da resistência africana, em diversos trabalhos, na chave da insurreição escrava. Os escravos, em aliança com os libertos de Salvador e da região dos engenhos, separada ou combinadamente, fizeram muitas revoltas ao longo da primeira metade do século XIX, ocasião em que o tráfico para a Bahia concentrara suas transações nos portos do golfo do Benim. Os africanos dali traficados para a Bahia nesse período eram principalmente jejes, nagôs e haussás, apesar de que, nas primeiras décadas daquele século, muitos ainda fossem importados de Angola e de outras regiões na África. Com o avançar do século, os nagôs se tornariam o grupo mais atingido pelo tráfico e viriam a constituir o fator política, cultural e numericamente dominante entre os africanos residentes na Bahia. Por isso este livro conta a história deles, principalmente.



1. A mancha urbana de Salvador, c. 1855.

Enquanto trabalhadores de rua, os africanos se envolveram em diversos movimentos coletivos e violentos de ruptura com a ordem, sendo o mais famoso e impactante a Revolta dos Malês, em Salvador, em janeiro de 1835. Os ganhadores desempenharam um papel fundamental nessa revolta e em dezenas de outras anteriormente. Eles se encontravam organizados em grupos de trabalho para prestar serviços de frete na cidade. As autoridades baianas estavam tão seguras do seu papel na revolta de 1835 que, após derrotarem os rebeldes, decidiram impor severo controle sobre aquelas organizações laborais. Foi a primeira medida abrangente e radical de controle dos ganhadores na capital da importante província da Bahia. Na ocasião, escravos e libertos africanos resistiram de maneira sistemática, embora pacificamente, e lograram vencer as regras que buscavam minar sua autonomia na coordenação do trabalho de ganho.

Em 1857, uma nova tentativa de controlar os ganhadores no espaço de trabalho foi implementada, mas eles reagiram de forma inédita: uma greve que durou cerca de dez dias angustiantes para quem dependia do trabalho deles, ou seja, praticamente toda a população livre de Salvador. Escravizados e libertos, todos eles africanos, assim protestaram contra a obrigação de registro junto à Câmara Municipal, o pagamento de um imposto profissional e uma série de medidas de controle policial assaz antipatizadas pelos ganhadores. O movimento recebeu adesão bem maior do que a Revolta dos Malês, mas foi pacífico. Na paralisação de 1857, os grupos de trabalho, uma vez mais, se fizeram presentes na mobilização e organização dos manifestantes.

Este livro busca descrever e entender o que foi o primeiro movimento grevista envolvendo todo um setor sensível da classe trabalhadora urbana no Brasil, trabalhadores responsáveis, como já disse, pelo transporte, por toda a cidade, de pessoas livres de vária ordem e objetos de todo tipo. A cidade simplesmente parou. A greve — termo aqui usado no sentido de paralisação do trabalho, e apenas isso — nada deveu aos modelos de mobilização da classe operária europeia que iriam predominar pouco mais tarde entre os proletários brasileiros e imigrantes. Mas seria um episódio todo ele recheado de significações locais e africanas, um estilo de mobilização até então inédita, surpreendendo seus contemporâneos, que não conseguiram atinar sobre o episódio e como enfrentá-lo. As autoridades ficaram desnorteadas. Não era revolta, não era quilombo, as formas clássicas de resistência escrava, não era sequer um protesto contra a escravidão, mas uma suspensão do trabalhador africano, e não apenas o escravizado,

contra o Estado. A origem, o desenrolar do movimento e suas consequências serão aqui abordados. Ao mesmo tempo, o episódio é usado como uma janela para levantar questões mais amplas sobre escravidão, liberdade, trabalho e cidadania negros. Sobre tudo, aqui se discutirá como os ganhadores, em particular os ganhadores africanos, foram sistematicamente açoitados pelos homens brancos encastelados no aparato político e policial, faces da mesma moeda.

Entre a greve de 1857 e a abolição da escravidão, em 1888, as autoridades baianas continuaram pressionando os ganhadores com medidas que visavam limitar sua liberdade de trabalho na cidade, sobretudo através da imposição de taxas e impostos, muitas vezes escorchantes, relacionados com a ocupação que exerciam. O governo foi aos poucos vencendo a campanha, embora se percebam concessões ao longo do caminho, que por sua vez resultaram da resistência dos ganhadores a obedecer a todas as regras a eles impostas. Constatei que, tanto antes como depois da parede grevista, os ganhadores enfrentaram, como indivíduos, a burocracia do governo com enorme persistência, desenvoltura e ousadia. Chame-se a isso de resistência pessoal, sem que deixasse de haver uma medida de solidariedade coletiva a informar tais atitudes.

Havia, eu demonstro à exaustão, a convergência de muitas vontades no combate aos trabalhadores africanos, mas com um objetivo principal. A pressão combinada do governo, de proprietários rurais, da imprensa e de homens de letras, inclusive poetas, sobre os ganhadores visava expulsá-los de Salvador. O plano era desafricanizar a cidade, apesar das incertezas sobre quem exatamente os substituiria no trabalho que executavam. Busco entender as razões e a condução dessa campanha, que nas mãos do governo ganhou um feitiço sobretudo — mas não apenas — fiscal, ou seja, a imposição de taxas e tributos *sobre os nascidos na África*, em específico. Tratava-se de uma guerra fiscal, por assim dizer, um tipo de violência que buscou corroer devagar a existência deveras precária de homens já muito castigados pela vida. Conforme aqui documentado, o objetivo era pressionar o ganhador africano a abandonar a capital baiana “espontaneamente”, fosse para viver como trabalhador dependente na zona rural, ainda dominada pelos senhores de engenho, fosse para regressar à África com as mãos abanando. A greve de 1857 seria uma reação a essa campanha sórdida contra os trabalhadores africanos. A greve evidencia que eles resistiram à pressão com enorme audácia, empenho e criatividade, fazendo ver a seus contemporâneos que controlá-los não era tarefa fácil nem pouca. Confirmam.

1. Controle noite e dia

Em 1857, grande parte dos negros de Salvador, escravizados ou não, trabalhava nas ruas. Eram responsáveis, sobretudo, pela circulação de objetos e pessoas através da cidade. Carregavam de tudo: pacotes grandes e pequenos, do envelope de carta a pesadas caixas de açúcar e barris de aguardente, tinhas de água potável e de gasto para abastecer as casas, tonéis de fezes a serem lançadas ao mar; e transportavam gente em saveiros, alvarengas, canoas e cadeiras de arruar. Os negros também circulavam pelas ruas em demanda a seus empregos como oficiais mecânicos (pedreiro, ferreiro, tanoeiro, sapateiro, alfaia etc.), e as mulheres cobriam alargado território urbano na condição de ambulantes. Muitas escravas e escravos dividiam sua jornada de trabalho entre a casa e a rua: compravam o alimento nos mercados e nas feiras para depois prepará-lo na cozinha senhorial e, em seguida, retornavam às ruas para vender comida pronta e outros produtos. Assim, após cumprirem as tarefas do serviço doméstico, saíam para o ganho na rua, uma típica dupla jornada escravista. Raras seriam como a africana Rosa, escrava no Recife que, apesar de ter fugido, foi descrita — ilusão senhorial? — como “recolhida e pouca prática tem de andar na rua”, segundo o anúncio de sua fuga publicado num jornal. Mesmo nesse caso, fugir demandava um mínimo de experiência com as ruas e, quase sempre, de uma rede de apoio portas afora.¹

As ganhadeiras vendiam de tudo um pouco: verduras, frutas, peixe, carne verde, moqueada e cozida, quitutes doces e salgados, panos da costa, toda sorte de quinquilharias, entre outros produtos locais e importados, mormente da África, mas doutras partes do globo também. Sobre essas mulheres, uma antiga postura municipal, republicada em 1873, estabelecia, entre vários “locais” onde era permitida a venda de carne verde, as “cabeças das ganhadeiras”.² As cabeças das negras eram então um lugar fundamental na geografia econômica de Salvador. Elas percorriam a cidade de porta em porta, ruas, becos, praças, a subir e descer ladeiras, equilibrando com força e — diziam os visitantes estrangeiros — com elegância suas gamelas, tabuleiros abertos e fechados, estes feitos de vidro e armação de madeira, denominadas “caixinhas”, que de pequenas nada tinham. O esforço facilitava a vida da clientela, mas era bem recompensado. Salvador é dividida em dois “andares” bem distintos. Quem na época



2. Ganhadeira carregando sua caixinha.

vivia na Cidade Alta preferia pagar às ganhadeiras preços de 10% a 20% mais caros, ao invés de descer à Cidade Baixa para adquirir os mesmos produtos, mais baratos, oferecidos nas lojas e nos armazéns ali instalados. Segundo um cronista da época, “andam os milhares de tabuleiros e caixinhas percorrendo em todas as direções a cidade alta”.³

A rua era das negras e dos negros — escravizados, libertos ou livres — e, sobretudo, dos carregadores e ambulantes, conforme perceberam os viajantes estrangeiros, um após outro, que visitaram a Cidade da Bahia — como era então conhecida Salvador — ao longo do século XIX, e mesmo antes. Vários observadores apontaram a densidade e a dedicação ao ganho da população negra da cidade que um deles, o engenheiro francês Amédée-François Frézier, que lá esteve em 1714, disse parecer “uma Nova Guiné”.⁴ Pouco mais de cem anos depois, ao desembarcar em Salvador em 1833, um conterrâneo de Frézier, Jean-Baptiste Douville, se viu numa “rua muito estreita [...] lotada de negros e negras [...] se empurrando de todos os lados”, e ao tentar fugir assustado da cena, pouco adiante foi dar com uma “multidão de negros que se imprensavam de todos os lados, com seus fardos e gritando com toda a força dos pulmões para andar em cadência”. Logo depois, no final da década de 1830, o reverendo norte-americano Daniel Kidder observou que as ruas estreitas, irregulares e mal pavimentadas da Cidade Baixa eram “cheias de ambulantes e carregadores”, e sobre estes últimos detalhou: “Grandes números de negros altos, atléticos, são vistos se movimentando em pares ou gangues de quatro, seis ou oito, com suas cargas suspensas entre eles por pesadas varas”. Em 1847, o barão de Forth-Rouen teve impressão semelhante: os negros formavam “a maior parte da população da Bahia, e a única que se percebe nas ruas, espécie de bestas que se empregam em todos os transportes, e que circulam carregados de pesados fardos”. Não se viam mestiços, muito menos brancos, a desempenhar esse papel. “Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro”, observou dez anos depois o alemão Robert Avé-Lallemant. Para os habitantes de Salvador, essa paisagem humana já se havia naturalizado. Os estrangeiros, ao contrário, puderam registrá-la para a posteridade como parte de um quadro exótico, e às vezes temível, a ser exibido ao leitor europeu ou norte-americano.⁵

Aquela agitação descrita pelos viajantes estrangeiros, o barulho de vozes, gritos, assovios e canções de trabalho, cessou no primeiro dia de junho de 1857, uma segunda-feira, e as ruas de Salvador amanheceram desocupadas,

silenciosas, muito estranhas. Os ganhadores — leia-se carregadores de objetos e gente — haviam decidido cruzar os braços em protesto contra uma postura municipal que entraria em vigor a partir daquela data.

Em 14 de março de 1857, a postura foi enviada pelos vereadores de Salvador para exame do presidente da província, a quem, por lei, caberia aprová-la. Ele a aprovou, mas provisoriamente, dois dias depois.⁶ A postura dizia que os ganhadores escravizados, libertos ou livres deveriam se matricular junto à Câmara Municipal para obter licença com vistas a ganhar o pão de cada dia nas ruas da cidade, e só poderiam circular usando uma chapa de metal, “em lugar visível” do corpo, com o número da matrícula ali estampado. Além disso, os africanos libertos seriam obrigados a apresentar fiadores “idôneos”, que assinassem um documento assumindo responsabilidade pelo bom comportamento de seus afiançados, o que caracterizava, mais do que um simples atestado de boa conduta pregressa, uma duvidosa garantia de boa conduta futura. Para os



3. *Freguesia da Conceição da Praia, centro nervoso do comércio em Salvador. Os dois planos da cidade (alto e baixo) estão aqui bem representados, em meados do século XIX.*

ganhadores encontrados sem a chapa de identificação, ou aqueles que a falsificassem, a postura previa a punição de oito dias no Aljube, uma cadeia especializada em recolher escravos, ou na Casa de Correção, um cárcere recém-inaugurado destinado a homens livres e libertos. E além de prisão, multa de 30 mil-réis e as penalidades porventura previstas no Código Criminal, como a que punia o roubo, por exemplo.

Contudo, a postura aprovada pelo presidente não era a mesma publicada na edição de 20 de março de 1857 do *Jornal da Bahia*. De acordo com esta última, a matrícula seria paga — 2 mil-réis. E também paga a chapa — 3 mil-réis. O custo da operação, 5 mil-réis, não era desprezível. Naquele ano de 1857, com este valor se comprava cerca de uma arroba (quinze quilos) de carne, ainda segundo o *Jornal da Bahia*.⁷

A POSTURA ORIGINAL

Ninguém poderá ter escravos ao ganho sem tirar licença da Câmara Municipal, recebendo com a licença uma chapa de metal numerada, a qual deverá andar sempre com o ganhador em lugar visível. O que for encontrado a ganhar sem chapa sofrerá oito dias de prisão no Aljube, sendo escravo, e sendo livre, outros tantos na Casa de Correção. Quando o ganhador for pessoa livre deverá apresentar fiador, que se responsabilize por ele, a fim de poder conseguir a licença, e a chapa, a qual será restituída quando por qualquer motivo cesse o exercício de ganhador. O ganhador que for encontrado com chapa falsa será condenado em oito dias de prisão, e 30\$000 réis de multa, além das penas, em que incorrer pelo Código. Paço da Municipalidade da Bahia, 11 de Março de 1857.

Joaquim Ernesto de Souza, presidente
Francisco Antonio Pereira Rocha
Manuel Jeronimo Ferreira
Dr. José Eduardo Freire de Carvalho

FONTE: APEB, *Governo da Província. Correspondência recebida da Câmara de Salvador, 1856-1857*, maço 1503; *Jornal da Bahia*, 20 mar. 1857, p. 2; AMS, *Atas da Câmara, 1855-7*, v. 948, fl. 246v.